

INTERPRETAÇÃO (EQUIVOCADA) DO KEINESIANISMO QUE VINGOU

Antonio Paim

Alfred Leslie Rowse (1903/1997) teve, nos anos trinta do século passado, meteórica carreira política, fracassando então nas tentativas de obter uma cadeira no Parlamento na legenda trabalhista. Diante desse fracasso, dedicou-se à Academia na qual veio a ser bem sucedido em seu tempo. Tornou-se conhecido especialista em Shakespeare, considerando-se que seu trabalho mais importante consistiu numa trilogia dedicada ao período elisabetano. A par disto, publicou diversas biografias e uma síntese da história da Inglaterra.

Devido talvez à inflexão experimentada pela natureza de seu trabalho intelectual, perdeu-se de vista um livro solitário dos anos trinta: *Mr. Keynes and the Labour Movement* (London, Macmillan, 1936). Neste livro, Rowse avança uma interpretação do keinesianismo que, equivocada no essencial, acabaria tendo uma grande fortuna graças aos rumos seguidos pela economia europeia nos decênios que se seguiram ao término da Segunda Guerra, embora sem que tivesse a sua paternidade reconhecida.

Cabe registrar que passou a ser uma raridade bibliográfica.

A tese central de Rowse é apresentada no capítulo III e tem o seguinte teor: “No aspecto

geral --que constitui a importância política deste livro--, é que cada ponto, sem uma única exceção, acha-se em total consonância com a política trabalhista neste país, e o que é ainda mais significativo, expressa em forma propriamente econômica o que tem sido implícito na atitude do Movimento Trabalhista. Aqui, até que enfim um economista de primeira linha, na verdade um dos mais importantes economistas do mundo, assume integralmente a posição dos trabalhistas, nesses anos de pós-guerra, provando-nos que tem sido substancialmente acertada”.

O livro de Keynes (John Maynard Keynes; 1883/1946) intitulou-se *Teoria geral da ocupação, do juro e do dinheiro*, tendo sido publicado em 1936, sendo o texto de Rowse uma reação imediata. Precedentemente, insurgira-se contra a política, aprovada em Versalhes, após o término da Primeira Guerra, de impor reparações à Alemanha, nutrindo o conflito subsequente. Assinale-se desde logo que o equívoco não se repetiu em 1945, devido à influência que Keynes então exercia. Ao contrário, promoveu-se a reconstrução alemã, graças ao chamado Plano Marshall.

A obra mestra de Keynes formula uma política intervencionista na economia, coroando a indisposição com os postulados da teoria clássica, que tivera oportunidade de expressar notadamente no livro de 1926 a que deu este expressivo título: *O fim do laissez-faire*.

Ao invés do equilíbrio espontâneo, como resultante final da livre atividade dos produtores individuais --que a experiência histórica incumbira-se de refutar--, Keynes concebe os mecanismos da intervenção do Estado, basicamente através de processos indiretos, isto é, sem o imperativo da sua transformação em empresário, mantidas as características essenciais da economia de mercado.

A novidade do keinesianismo reside na tese de que o Estado Liberal passa a ser responsável pela manutenção de determinada taxa de ocupação da mão-de-obra, reformulando nesse particular a doutrina clássica acerca do desemprego. Para que tal se dê, incumbe-lhe estimular os investimentos. Neste sentido, deve cuidar sucessivamente

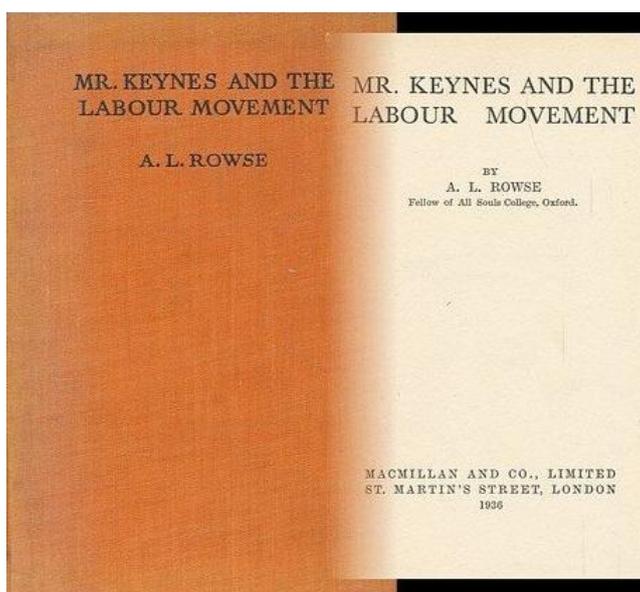
da redução da taxa de juros, a fim de que as economias (poupanças) assumam de preferência a forma de inversões. Uma adequada taxa de juros seria sempre inferior à menor remuneração em investimentos produtivos. Tendo a experiência evidenciado que a simples manipulação desse mecanismo (taxa de juros) revelou-se insuficiente para manter o nível das inversões, conceberam-se as formas de transferir recursos ociosos para as mãos do Estado, a exemplo da taxa progressiva das rendas. Em síntese, o liberalismo abandona o *laissez-faire* e concebe modalidades de intervenção econômica estatal, preferentemente segundo mecanismos indiretos.

Quando da publicação da obra de 1936, Keynes já conseguira marcar sua posição divergente em relação aos economistas ortodoxos a propósito da crise que eclodira em 1929, provocando o fechamento de fábricas e gerando o desemprego de milhões de trabalhadores, fato sem precedentes.

A política seguida pelas maiores economias consistia em reduzir salários e provocar sucessivos congelamentos de preços, medidas essas que não produziam quaisquer resultados, no que realmente importava: a reativação da economia. Justamente o que buscavam as suas recomendações. Em síntese, segundo seu parecer, inclusive mobilizando recursos públicos, tratava-se de fomentar a reabertura de fábricas e outras iniciativas que proporcionassem empregos, na certeza de que eventuais déficits orçamentários seriam transitórios. Suas idéias acabaram inspirando o chamado **New Deal** norte-americano, posto em prática entre 1933 e 1939. No caso do seu país de origem, suas idéias começam a ser adotadas ainda na década de trinta, notadamente através do Banco da Inglaterra --banco central pioneiro--, do qual acabaria tornando-se o dirigente máximo (governador).

Rowse não distingue as duas coisas, isto é, a nova forma de gestão econômica com vistas à superação das crises cíclicas e o enfrentamento das consequências da crise de 1929, cujos efeitos ultrapassavam as dimensões do fenômeno recorrente desde o próprio nascedouro do capitalismo.

Idéia sumária do conteúdo da obra de Rowse



Rowse começa por destacar, no capítulo I, o que lhe parece decorreria da preferência pelos modelos que pudessem ser expressos em fórmulas matemáticas: os economistas liberais distanciaram-se da realidade. Refere expressamente a *London School of Economics* que, não obstante haja sido criada pelos próprios trabalhistas, nesse setor da investigação teórica deu preferência a personagens como Ludwig von Mises (1881/1973).

Escreve: “Não é preciso multiplicar exemplos desses casos obtusos; eles são freqüentes demais. Tudo que se precisa perguntar é se a preocupação do economista não é o mundo real dos problemas econômicos, do que se trata então? Não se entra na economia por causa da beleza, graça ou satisfação estética, amor ou poesia. Keynes está bem consciente da raiz da causa da perda de prestígio sofrida pela ciência econômica: a mentalidade irrealista desses (não todos) economistas; ao persistente e até missionário doutrinário enraizado no ensino acadêmico do assunto; à atitude hostil em relação aos homens de negócio, no meio complexo e crítico dessa atividade. Foi necessário um economista da categoria de Keynes, o mais brilhante ornamento da ciência deste país, para dizer: ‘é incrível como uma pessoa possa acreditar temporariamente em tais bobagens; se essa pessoa pensa muito tempo sozinha, especialmente em economia, é quase sempre impossível apresentar idéias que passem num teste conclusivo tanto formal quanto experimentalmente.’”

Transcreve a afirmativa de Keynes relativa ao ambiente no qual têm vigência os postulados da economia clássica, insistindo tratar-se “do principal economista deste país.

É enfático ao afirmar: “A economia é a contribuição inglesa por excelência para a vida intelectual da Europa nos últimos cem anos. È de se esperar então que o choque de idéias venha a proporcionar resultado fértil: certamente é neste país que a batalha será a mais excitante.”

No capítulo II, Rowse exalta a volta ao tradicional empirismo inglês --e o correlato abandono dos modelos abstratos pelo qual enveredou a economia-- mas critica-o pelo fato de que, nessa linha, deveria ter superado o preconceito contra Marx, cujas análises, está certo, beneficiariam suas conclusões.

Dizendo-o com suas próprias palavras: “No método, bem como nas suas conclusões, o livro de Keynes marca ... o retorno à antiga e expressiva tradição do empirismo inglês, na qual baseia-se a economia, com Locke, e à qual Keynes expressa a sua crescente simpatia no ensaio sobre Malthus.” Como refere, trata-se de texto de Keynes inserido no livro *Essays in Biography* (1933). “E fazendo isto, aduz, ele está mais na tradição inglesa de pensamento do que o Prof. Robbins e os pseudo-austriacos com a tentativa de reduzir a economia a um esquema matemático, a um tipo de geometria, divorciada dos fatos econômicos”.

É absolutamente enfático: a matematização da economia leva os seus usuários “a perder a visão das complexidades e interdependências do mundo real, num labirinto de símbolos pretensiosos e inúteis.” Parece-lhe que chegam frequentemente à nítida contradição com o senso comum e com os fatos observados. Esperam que o mundo real se ajuste à teoria.

Esclarece que com essa crítica não pretende, “de maneira nenhuma, negar o valor de todas as teorias.” Trata-se simplesmente de recomendar mais modéstia aos dedutivistas, para sugerir que na ciência social um traço de ceticismo, baseado numa inclinação histórica, é mais do que desejável.

No Capítulo III, Rowse apontará outros aspectos da teoria keinesiana em relação aos quais haveria igualmente identidade com os trabalhistas. Refere expressamente emprego, lucro, política monetária e ainda outros. Afirma: “...depois de uma longa

divagação, (Keynes) chegou a posição inteiramente oposta e até agora predominante na ortodoxia. E não só em relação à teoria do Emprego, Interesses e Moeda, aos quais o título do seu livro se refere especificamente, dificilmente existe algum aspecto da teoria econômica --quer sejam remunerações, preços, ciclo comercial ou tarifas-- em que ele não aceita a posição ortodoxa e avança o que poderia ser descrito como uma posição oposta.” Acrescenta que, de um modo geral, essa mudança de posição o aproximaria do que têm defendido os trabalhistas.

Assim, acrescenta: “não é de admirar que Cole (George Douglas Howard Cole; 1889/1959; economista inglês), numa entusiástica saudação, tenha aclamado o livro como sendo a mais importante teoria econômica desde *O Capital*, de Marx; ou se puder referi-lo à teoria econômica clássica, aos *Princípios*, de Ricardo.” Na sua opinião, “Cole pode ser justificado; é impossível superestimar a influência que esse livro irá alcançar no futuro. Pode ser descrito, pela primeira vez neste país, como assentando as fundações da economia socialista.”

Neste capítulo Rowse irá empenhar-se em documentar que a obra de Keynes corresponde à total justificativa da política trabalhista nessa esfera da atividade humana. Entre outros temas, considera o que diz acerca do efeito que poderia ter, numa situação de crise, como a vigente, a política de redução salarial. Escreve: “Keynes reconhece, como todo mundo que, em algumas circunstâncias, essa redução salarial poderá constituir um estímulo ao aumento do emprego. Mas essas circunstâncias são, em sua visão, excepcionais e generalizá-la é completamente injustificado.” Na realidade, acredita, enseja uma expectativa de redução de custos e preços, desencorajando investimentos e, portanto, “aumenta o desemprego, ao invés de reduzi-lo.” Destaca que Keynes reconhece ser do interesse dos trabalhadores resistirem a essa política. Lembra que “a visão ortodoxa mantém que o conflito salarial entre empregadores e empregados determina o nível geral dos salários reais” enquanto Keynes postula que depende de outras forças do sistema econômico. “Deste modo, prossegue, é evidente que os trabalhadores, apesar de inconscientemente, são de modo instintivo mais razoáveis economistas que os da escola clássica visto que resistem a uma redução de salário.”

Exalta a confissão de Keynes de que simpatiza “com a doutrina pré-clássica de que tudo é produzido pelo trabalho”.

Transcreve integralmente o raciocínio keinesiano, que é o seguinte: “ajudado pelo que foi chamado de arte e agora é chamado de técnica, pelos recursos naturais que são livres ou têm custos de acordo com sua escassez ou abundância. É preferível considerar o trabalho, incluído é claro o trabalho pessoal de um empresário e seus assistentes, como o único fator de produção, operando num dado ambiente técnico, recursos naturais, principais equipamentos e demanda efetiva. Isto explica parcialmente porque foi possível usar a unidade de trabalho como a única unidade física requerida no nosso sistema econômico, fora as unidades de dinheiro e tempo.”

Apesar da amplitude que Keynes dá ao enunciado da origem do valor como sendo o trabalho, Rowse acha que “relembra um pouco o fundamento da unidade que Marx atribui ao trabalho socialmente necessário.” Nesse andar da carruagem só faltou mesmo atribuir a Keynes adesão à teoria marxista da mais-valia. Assim, quando Keynes registra que o consumo “é o único fim e objeto de toda atividade econômica” e portanto é dessa variável que depende a demanda agregada impulsionadora ou refreadora do nível de emprego”, Rowse não resiste e escreve: “seria dizer muito que a cruel conclusão política desenhada é que o padrão de vida da classe trabalhadora é a componente que principalmente auxilia o consumo?”

Afirma: “Parece então que as reclamações da plataforma dos trabalhistas, que ecoam desde 1931, e mesmo antes, não eram só senso comum mas boa economia. Qual

a vantagem de se cortar salários se as pessoas não poderão comprar bens de consumo? Proclamamos de modo áspero e, aparentemente, não foi errado.”

Considera confortante, depois de alguns anos, reconhecer-se que era imprecisa a acusação dos ortodoxos de que o governo trabalhista arruinou financeiramente o país, argumento que serviu para apeá-los do poder em 1929.

Argumentando ser impossível realçar, em breves palavras, a relevância da tese que lhe parece central, a propósito da relação entre consumo, demanda e emprego, vale-se então do resumo que apareceu no **Times**: “A não ser que o nível de demanda efetiva --por exemplo, o gasto agregado de uma comunidade-- seja mantido num nível suficientemente alto, o pleno emprego é impossível. Infelizmente, apesar disso, a medida que nossa renda aumenta, a tendência é ganhar mais e assim a demanda efetiva tende a se tornar insuficiente. Nessa circunstância, as únicas alternativas são forçar a expansão dos investimentos usando as taxas de juros ou estimular o consumo e restringir a poupança redistribuindo a taxaço. Keynes aparece nesse livro como um campeão não apenas devido à política de dinheiro barato, que sempre foi associada ao seu nome, mas também pela expansão da despesa do serviço social como uma parte necessária das políticas econômica e social.” Traduz Rowse; “isso significa, em linguagem corrente que a política de despesa adequada no serviço social, defendida pelo Partido Trabalhista, não é apenas socialmente desejável mas necessária do ponto de vista econômico, a fim de evitar a crescente redução do emprego.”

Destaca que põe fim à complacência da Era Vitoriana com a classe dos que vivem de renda. Para Rowse, a tese keynesiana do uso da taxa de juros para forçar o investimento significa tornar desnecessária a existência desse grupo social (dos que vivem de renda). Como sempre, extrapola: “Se essa atitude se tornar geral irá evidenciar ser desnecessária a presença de classe detentora de riqueza.” E, mais: “Na visão de Keynes, bem como aos olhos dos socialistas, o capital é apenas o resultado da reivindicação que os capitalistas têm sobre a renda do país, através do seu controle do sistema político e expresso no sistema legal.”

Lá pelas tantas, ainda neste Capítulo III, revela uma certa irritação com o fato de que Keynes não haja logo aderido ao socialismo, como seria, na sua visão, o desfecho de sua obstinação em forçar os possuidores de dinheiro a investi-lo, ao invés de preferir encaminha-los ao simples rendimento proveniente de juros.

Começa, como sempre, citando-o: “Já que o valor de uma casa depende da sua utilidade, cada casa construída serve para diminuir os possíveis aluguéis obtidos pelas próximas construções de casas e, por isso, diminui a atração de um investimento similar, a menos que a taxa de juros diminua **pari passu**”. Prossegue: “Keynes aqui não observa ou em deferência à nossa inteligência omite o que deve ser sublinhado, que a razão pela qual uma mina de ouro é preferível à construção de casas é porque é mais rentável para o capitalista. Imaginar que você poderia persuadi-lo a tomar outro rumo está longe dos seus interesses, em outras palavras, supor que você pode mudar a maneira de ser de um capitalista sem mudar o sistema é simplesmente bobagem --outro exemplo de engano do racionalismo. Na verdade, Keynes não desdenha da moral que reside no sistema de lucros, que precisa de mudanças.”

Aqui Rowse aproximou-se de reconhecer a diferença entre o intervencionismo na vida econômica, preconizado por Keynes, do ideário trabalhista. Keynes pretende, por meios indiretos, reorientar o sistema de poupança, associando-o ao investimento produtivo. Os trabalhistas aspiravam simplesmente à estatização da economia.

No capítulo IV, Rowse volta às questões tratadas anteriormente --relação entre a nova política de juros e de taxaço dos rendimentos-- como motores do investimento

que influirão no nível de emprego, mas com a intenção de defender a política do governo trabalhista que foi apeado do poder em 1931.

Fundado em 1900, o Partido Trabalhista inglês, durante um longo período, elegeu sua representação parlamentar inscrevendo-a na legenda do Partido Liberal. Seu primeiro líder, James Keir Hardie (1856/1915), pacifista extremado, acabou isolado em face da Primeira Guerra, evento que levou a bancada trabalhista a ingressar na coalizão governamental já que o país envolvera-se no conflito. Foi substituído por Ramsay Mac Donald (1866/1937), cuja aspiração era levar os trabalhistas ao poder.

Em 1918, o Partido Trabalhista incluiu em seu programa o princípio da posse coletiva dos meios de produção. Embora pertencesse à Segunda Internacional, até então não havia adotado expressamente o ideário socialista. Formara-se como um partido destinado a atuar preferentemente na esfera da legislação trabalhista e social. Nesse mesmo ano emerge como o segundo partido.

Nas eleições de 1924 os trabalhistas conquistam 192 cadeiras e suplantam a bancada liberal (159 cadeiras), formando-se, então, o primeiro governo trabalhista, chefiado por Ramsay Mac Donald. A aliança com os liberais revelou-se precária, em razão do que esse governo durou apenas dez meses. Contudo, em decorrência da crise de 1929 conseguiu formar uma grande coalizão e voltar ao poder. Ramsay não seguiu a ortodoxia no enfrentamento da crise mas tampouco conseguiu formular uma plataforma aglutinadora e eficaz. Perdeu o poder em 1931.

Rowse irá tentar aproximar as políticas adotadas por esse governo trabalhista das teses keinesianas mas não consegue demonstrar que, efetivamente, tratar-se-ia de sua antecipação.

Ainda que declare, logo na primeira linha do Capítulo V --último do livro--, que nada separa Keynes do movimento trabalhista, Rowse irá acusá-lo de acalentar ilusões quanto à possibilidade dos capitalistas se deixarem persuadir a seguir o caminho que lhes propõe.

No capítulo final da **Teoria Geral**, Keynes aponta o que considera como defeitos fundamentais da economia capitalista: o fato de que não haja alcançado o pleno emprego e, em segundo lugar, a coexistência com arbitraria distribuição da renda e das riquezas.

O adequado equacionamento da questão dos juros deve contribuir para a minimização de pelo menos o primeiro daqueles defeitos e, a longo prazo, enfrentar o segundo. Keynes diz ali, expressamente, que se trata de conseguir a manutenção das vantagens do individualismo: descentralização das decisões e liberdade pessoal, de que resultam a eficiência crescente alcançada no processo produtivo--, eliminando suas consequências condenáveis.

Para alcançar tais objetivos, o Estado deverá assumir certas atribuições que tradicionalmente pertenciam à iniciativa privada, através da tributação, da taxa de juros e de outras medidas. Isto não significa, entretanto, que se deva chegar até à socialização dos meios de produção.

Rowse dirá: “o problema é que Keynes é um grande otimista”. E aduz: “quando ele pergunta a si mesmo se a concretização dessa idéias seria uma esperança visionária; se serão insuficientes (passíveis de superação) as raízes dos motivos que governam a evolução da sociedade política; se seriam mais fortes os interesses aos quais vão se opor” parece-lhe que as respostas são muito otimistas. Diz mesmo que Keynes acredita muito no potencial das idéias em si mesmas, na esperança de que as que são certas serão as que prevalecerão.

Argumenta que o ambiente na Europa daquele tempo não parece ser propício à desenlace favorável às postulações keinesianas.

Escreve: “Qualquer pessoa com algum senso político sabia anos antes que os nazistas no poder seriam meramente um instrumento do capitalismo imperialista militar, levando a uma contra-revolução, ao rearmamento e à aventura política na Europa, de maneira a assegurar a sua sobrevivência em 1931 e 1932. Apesar disso, um número expressivo de pessoas inteligentes, que eu saiba, levaram a sério as “idéias” dos nazistas e acharam que eles realmente pensavam em socialismo.” Tenha-se presente que a expressão **nazismo**, corresponde à integração de **nacional socialismo**, doutrina que assim se apresentava para distinguir-se do socialismo internacionalista (soviético).

Insiste em que as idéias políticas não operam no vácuo; sua eficácia será medida pela adequação a interesses que sejam de fato expressivos de determinada sociedade. Acrescenta: “pode parecer uma discussão acadêmica, fora da realidade. Mas eu acredito que isso tenha uma importância fundamental. Eu acredito que se trata do mesmo engano racionalista, erro fatal da mente liberal, a suposição de que os homens, sendo racionais, vão responder a um apelo racional, de que as idéias por si mesmas são eficazes e precisam somente ser jogadas nas águas da discussão na direção das pessoas certas para prevalecerem; é essa atitude mental que foi vendida repetidas vezes na Europa, nesses anos de pesadelo desde a guerra.”

Pergunta: qual a importância das idéias dos nazistas sobre política econômica. Responde: “nenhuma, que eu saiba, a não ser a de que tenham servido para uma decoração útil aos verdadeiros interesses dos magnatas do ferro e do aço, dos fornecedores de armamentos, dos membros da classe privilegiada da Prússia do Leste, das classes médias.”

Rowse avança, finalmente, o que seria central na sua argumentação: Keynes teria sido bem sucedido se tivesse tido o suporte do movimento trabalhista. Se ele, “sendo a mente mais penetrante e previdente dentre os economistas” tivesse feito uma associação com o Partido Trabalhista, há dez anos, teria sido mais eficaz, tanto para ele como para o próprio movimento. E, ainda: “poderia mesmo ter prevenido a derrota da esquerda neste país, evitado esses anos de espera, frustração e adiada esperança.”

Os “trinta gloriosos”

Entre 1945 e 1973, a produção mundial mais que triplicou. A novidade é que tal se dá sem que se verificassem as chamadas “crises cíclicas” do período anterior. A par disto, ocorriam taxas de crescimento efetivamente altas, em países como a República Federal Alemã, a França e o Japão. Perplexos, os economistas referiam-se ao fenômeno como se se tratasse de “milagre.” Na média do período, os países capitalistas desenvolvidos cresceram a taxas anuais de 4,9%. Criou-se um clima de euforia que levou o economista francês Jean Fourastié (1907/1990) a sugerir a denominação de **trinta gloriosos**.

Jean Fourastié atuou no chamado “Comissariado do Plano”, que introduziu a planificação econômica na França como um modelo que se pretendia distinto do soviético. Na verdade seria resultado da virtual estatização da economia, a pretexto de punir os industriais que colaboraram com o ocupante alemão durante a guerra. Pertenceu também aos organismos que iriam lançar as bases da Comunidade Européia. O nome se disseminou, contudo, por ter sido associado ao keinesianismo. Keynes despontaria como o principal formulador da política econômica adotada pelas nações que venceram a Segunda Guerra, a começar do abandono da praxe de cobrar reparações dos derrotados.

Nos **trinta gloriosos**, o progresso tecnológico acelerou-se, generalizando-se pelos diversos setores. O modelo de agricultura altamente tecnificada, surgido nos

Estados Unidos, é adotado por outros países, a começar dos europeus. É o ciclo em que surgem as multinacionais, ocorrem o crescimento do setor terciário, a qualificação da mão de obra e a transformação do petróleo na matéria energética por excelência. O padrão de comportamento passa a ser o que se convencionou denominar de **consumismo** -- termo a que os comunistas atribuíram caráter pejorativo mas que traduz uma aspiração secular no tocante à substituição da escassez tradicional pela abundância.

Uma nota de destaque desse ciclo é a constituição do sistema de seguridade social, com características diversas dos experimentos que se aplicavam desde fins do século XIX, a começar do sistema bismarkiano. A novidade essencial, na matéria, consistia em que adotava-se um novo modelo, que assumiu o nome de seu criador, Beveridge (William Beveridge 1879/1963). Enquanto o sistema introduzido por Bismark era uma contrapartida de contribuições (da empresa, do empregado e do Estado), o sistema inglês atendia universalmente, independentemente do beneficiário ter contribuído. O ônus do atendimento médico-hospitalar era financiado por impostos.

A singularidade do **welfare** europeu residia no fato de que passou crescentemente a depender de contribuições correntes, enquanto o modelo norte-americano baseava-se nos Fundos de Pensões. Vale dizer, neste último caso era de fato um seguro (poupança durante determinado ciclo para auferir benefícios ao retirar-se da atividade produtiva ou em face de situações emergenciais, perda do emprego, por exemplo). O sistema norte-americano cria um poderoso mecanismo de investimentos enquanto o europeu reduz tais disponibilidades.

Os **trinta gloriosos** dão-se integralmente em plena guerra fria. Acontece que os custos do armamentismo resultante estiveram basicamente a cargo dos Estados Unidos. A Europa experimentava um período excepcional de sua história: a ausência de conflitos bélicos entre as nações ali situadas. Além disto, os americanos financiaram igualmente a reconstrução dos países destroçados pela guerra.

A estatização da economia

Nas primeiras eleições ocorridas depois da Segunda Guerra, os trabalhistas obtêm maioria no Parlamento, passando a deter o governo. Chefiado por Clemente Attlee (1883/1967) promoveu ampla estatização da economia. Assim, o fenômeno tem obviamente uma inspiração ideológica.

O mesmo entretanto não se pode dizer da estatização da economia ocorrida em outros países europeus no mesmo período. Na França, De Gaulle estatizou as empresas pertencentes aos “colaboracionistas”, isto é, empresários que aceitaram trabalhar para ocupante alemão. Na Áustria, tal se deu por temor de que os russos desmontassem as fábricas e as levassem para o seu território. Em outros países, a exemplo da Itália, por pressão dos sindicatos, o Estado assumiu o controle acionário de empresas em dificuldade, para evitar o seu fechamento.

O certo entretanto é que se tratou de fenômeno generalizado. O tema veio a ser objeto de ampla discussão, a partir dos anos oitenta, em decorrência de Mme. Thatcher tê-lo responsabilizado pela crise econômica em curso. Ocorreu então que a revista *Time* o tivesse expressado de forma muito feliz, no gráfico que adiante se transcreve:

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA											% DAS DESPESAS GOVERNAMENTAIS NO PNB					
SETOR PRIVADO ○		SETOR ESTATAL									25%	50%	75%	100%	1962	1978
PAÍSES	PAÍSES	TELECOMUNICAÇÕES	ENERGIA ELÉTRICA	REFINAÇÃO DE PETRÓLEO	CARVÃO	FERROVIAS	EMPRESAS AÉREAS	INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA	SIDERURGIA	CONSTRUÇÃO NAVAL						
Estados Unidos	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○					28.4	32.2
Austrália	●	●	●	●	○	●	○	○	○	*					19.3	24.5
Brasil	●	●	●	●	○	●	○	○	○	○					12.0	35.0
Inglaterra	●	●	●	●	●	●	○	○	○	○					40.5	43.9
Canadá	●	○	●	○	○	○	○	○	○	○					34.4	46.0
França	●	●	●	●	●	●	○	○	○	○					36.3	43.0
Itália	●	●	○	●	*	●	○	○	○	○					32.4	47.3
Japão	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○					12.3	16.5
Suécia	●	●	○	●	*	●	○	○	○	○					36.0	61.6
Alemanha Ocidental	●	●	○	○	○	●	○	○	○	○					35.6	46.5

* Produção insignificante

Fonte: TIME, Abril de 1980

A circunstância descrita --estatização da economia-- desqualifica completamente a associação entre os chamados **trinta gloriosos** e o kennesianismo. Explica-se, sobretudo, devido ao fato de que, naqueles anos, a Europa tenha recorrido à utilização da taxa de juros como instrumento de política econômica. Parece-me insuficiente para justificar a associação, levando em conta que tal se deu na circunstância da estatização da economia, que de modo algum fazia parte da proposta keinesiana. Ao contrário disto, tratava-se, nitidamente, de uma experiência de caráter socialista, sem embargo de que, na maioria dos casos não tivesse essa insipiação.

Na doutrina keinesiana, a manipulação da taxa de juros está vinculada à necessidade de manter determinado nível de investimento. À vista dessa exigência, deve sempre ser inferior à média da remuneração do capital na atividade produtiva.

A referência de que se dispõe do nível de investimentos abrange apenas vinte anos do período considerado e encontra-se na obra *Les économies de l'Europe Occidentale* (Paris, Fayard, 2005), da autoria de Jean-Marcel Jeanneney e Georges Pujals. Indica-se ali que, no Reino Unido, a taxa de investimentos manteve-se em níveis muito baixos entre 1952 e 1972, variando de 13 a 18%. Como se trata do país onde a estatização correspondeu à aplicação da doutrina socialista seria um indicador adequado da possibilidade de considerar como sendo de inspiração keinesiana a política econômica em curso no país onde se gestou a doutrina devida a Rowse, antes caracterizada.

No conjunto da Europa Ocidental, à Inglaterra não de aplicaria a tese dos **trinta gloriosos** porquanto a taxa de crescimento seria igualmente muito baixa, tendo em vista o contexto. Alcançou 2% anuais ao tempo em nos países industriais do continente seria de 5 e 6%, justamente o que justifica a denominação adotada para o ciclo em questão. Nestes, também o nível dos investimentos é bastante alto, situando-se em 24%.

Em que pese sua inconsistência, a associação entre os **trinta gloriosos** e o keinesianismo corresponde a fenômeno generalizado, sugerindo que a tese de Rowse teria sido incorporada ao ideário socialista da época.

A obra consagrada de Stephen A. Marglin –*The gold age of capitalism*; Oxford University Press) – dedicada ao período batizado pelos franceses de trinta **gloriosos**

teria uma denominação mais adequada se, ao invés de capitalismo, referisse o socialismo democrático ocidental. Destacando que conduziu ao desastre da crise iniciada na segunda metade dos anos setenta As dificuldades recorrentes para superá-la advêm ainda de uma construção daquele período : o **wealfare**. Adotando um modelo de financiamento diferente dos Fundos de Pensões norte-americanos conduz a Comunidade a verdadeiro impasse. Reconhecer que os resultados do período não se devem a Keynes mas a circunstâncias não adequadamente identificadas, se as associarmos diretamente ao socialismo talvez nos deparemos com caminho mais fecundo e esclarecedor.